



DESAFIOS DA DOCÊNCIA: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MENEZES, Rosimeire Cristina Cristo de. **Desafios da docência: A inclusão de alunos com deficiência na educação infantil**. Florianópolis: Id Acadêmico, 2024.

Orientador: *Dr. Erivaldo Nogueira Campos*

RESUMO

O Sistema de Educação especial está integrado ao sistema educacional brasileiro. Apesar de alguns avanços significativos em relação ao ordenamento jurídico no que diz respeito aos direitos dos alunos com deficiência, ainda há muito a ser feito para garantir a efetiva inclusão destes com perspectivas qualitativas e não apenas quantitativas no ensino público. No cenário atual, inúmeras pesquisas têm evidenciado a necessidade de abordagens no campo da educação inclusiva, já na primeira etapa da educação básica nacional. Assim, o presente artigo tem por objetivo fomentar discussões significativas, que perpassam por questões urgentes e complexas no âmbito da educação inclusiva no que concerne ao desafio docente. Desta forma, esta pesquisa é resultado de estudos bibliográficos, que abordam o campo da educação especial, inclusão e educação infantil. Assim, as bases teóricas são sustentadas por diversos autores dentre eles, Carlos Marcelo García, Priscila Provin, Maria Teresa Eglér Mantoan, Rejane Ramos Klein, Ivan Carlos Curioso Vílchez, dentre outros, os quais contribuíram consideravelmente com as análises.

Palavras-chave: Desafios docente; Inclusão; Educação Infantil; Alunos com deficiência.

SUMMARY

The Special Education System is integrated into the Brazilian educational system. Despite some significant advances in relation to the legal system with regard to the rights of students with disabilities, there is still much to be done to guarantee their effective inclusion with qualitative and not just quantitative perspectives in public education. In the current scenario, numerous researches have highlighted the need for approaches in the field of inclusive education, already in the first stage of national basic education. Therefore, this article aims to encourage meaningful discussions, which cover urgent and complex issues within the scope of inclusive education with regard to the teaching challenge. In this way, this research is the result of bibliographic studies, which address the field of special education, inclusion and early childhood education. Thus, the theoretical bases are supported by several authors, including Carlos Marcelo García, Priscila Provin, Maria Teresa Eglér Mantoan, Rejane Ramos Klein, Ivan Carlos Curioso Vílchez, among others, who contributed considerably to the analyses.

Keywords: Teaching challenges; Inclusion; Child education; Students with disabilities.

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil a educação é direito de todos os cidadãos. Porém, por vários anos as pessoas com deficiência ficaram à margem da comunidade de modo geral. No que concerne, a inclusão dos alunos com deficiência no sistema formal de

ensino tem sido objeto de análises de vários autores nas últimas décadas. Alguns documentos legais abrangem os direitos das pessoas com deficiência, entre os quais estão a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Nesse sentido, segundo a LDB 9.394/96:

Art. 58: “Entende-se por Educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 1996, online)

Nos dias atuais, essa modalidade de ensino vem conquistando seu espaço. Todavia, apesar de alguns avanços legais, ainda se faz necessário percorrer vários caminhos, dentre os quais a inclusão significativa das crianças com deficiência na etapa da Educação Infantil sistematizada no Brasil. Tendo em vista, que a Educação Infantil é a base para as aprendizagens essenciais dos pequenos educandos, que vão diariamente aprimorando suas habilidades, e historicamente tiveram assegurado o direito à educação à partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a qual integrou a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Ratificando, assim, o direito de cidadania das crianças. Até então, escolas de educação infantil eram vistas pela sociedade, apenas como um local onde as crianças eram deixadas por seus responsáveis para serem cuidadas enquanto estes, precisavam trabalhar, sem perspectivas de ensino e aprendizagem. Todavia, o cenário dessa etapa de ensino está crescendo.

O debate sobre a inclusão desde a educação infantil se faz necessário. Tomando como referência os direitos adquiridos dos educandos com necessidades especiais que integram essa etapa de ensino. Segundo Santos e Almeida (2017), o quantitativo de crianças com necessidade especial, está aumentando de forma significativa nas instituições escolares. Assim, tem como objeto de estudo a reflexão das práticas pedagógicas voltadas para o referido público, bem como, a formação continuada de docentes e como se efetiva a inclusão dos pequenos educandos com deficiência.

BREVE HISTÓRICO

Historicamente a educação brasileira é marcada por lutas e desafios, e é considerável citar nesse sentido a Educação Especial, que desde o princípio vem se

constituindo às margens do sistema educativo. No contexto brasileiro a Educação Especial passou por diversas mudanças, cada uma refletindo as ideias e as políticas públicas da época.

Durante o reinado de D. Pedro II no Brasil, surgiram as primeiras escolas voltadas ao atendimento de alunos com deficiência, mais especificamente os surdos-mudos e também os deficientes visuais.

Até a década de 50 pouco se falava em Educação Especial no contexto brasileiro. Ao longo de sua trajetória, essa modalidade de ensino buscou políticas públicas adequadas à inclusão de seu público que são consideradas pessoas com deficiência. De certo modo, devido à inércia do sistema público brasileiro, esta modalidade de ensino teve que ser inicialmente acolhida por instituições filantrópicas.

Em meados de 1970, a educação especial passou a ser objeto de preocupação de alguns gestores políticos. Então, foram criadas instituições públicas e privadas, além de órgãos normativos. Nesse sentido, a Lei nº 5692/71, citava tratamento diferenciado aos estudantes que apresentavam deficiências física ou mental e os superdotados (BRASIL, 1971).

Outro marco legal na tessitura da legislação brasileira quanto ao campo de ensino especial, ocorreu na criação da Constituição Brasileira de 1988, que instituiu em seu art. 208, a responsabilidade do Estado de se reportar aos educandos com deficiência, considerando suas especificidades existentes, permitindo assim, que estes tivessem chances de avanços em suas aprendizagens. A referida Lei, ainda assegurou a inserção escolar gratuita para todos os brasileiros (BRASIL, 1988).

Em 1994 a Declaração de Salamanca salientou o direito à educação de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Ainda na década de 90 foi oficializada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB), em que a Educação Especial foi considerada uma modalidade da educação básica. Conforme sabemos a Educação Básica, também é constituída pela Educação Infantil, que é a primeira etapa da vida acadêmica em que as crianças terão seus primeiros contatos com a diversidade e a possibilidade de aprendizagem formal e naturalmente, a socialização. Assim a LDB, também garantiu o direito à educação formal das crianças, de acordo com o seguinte Artigo:

Art. 29: A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social,

complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº12.796, de 2013)

Para que as crianças com deficiência sejam de fato incluídas no contexto educacional, se faz necessário o desenvolvimento de ações que ampliam as oportunidades, dando-lhes condições de desenvolver suas habilidades. Assim, as políticas públicas e as práticas pedagógicas voltadas para esses estudantes devem adequar-se dando lhes atendimentos significativos.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares, e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p.52).

Desta forma, é errôneo pensar que a inclusão na Educação Infantil, é voltada apenas para o desenvolvimento dos cuidados básicos como a alimentação e higiene. Podemos observar que a aprendizagem no ambiente escolar ultrapassa essas duas práticas básicas. Os alunos com deficiência na educação infantil, também precisam usufruir do que já está garantido nos documentos legais, em circunstâncias que não sejam vistos nem tampouco tratados como meros espectadores no ambiente escolar.

AÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO ESCOLAR

Na atualidade o debate acerca da inclusão de crianças com deficiência vem tomando força no contexto educacional. Onde verifica-se que a inclusão de alunos com deficiência, ainda não ocorre de forma justa para estes. Conforme Vílchez (2018), para assegurar um ensino e uma aprendizagem de qualidade para esse público, é imprescindível que as condições econômicas e humanas sejam adequadas. Não obstante, as preocupações relacionadas ao ensino especial, não podem estar voltadas apenas ao acesso, mas também às condições sob as quais se desenvolve seu processo de inclusão.

Assim as práticas pedagógicas, representam contribuições indissociáveis no caminho do desenvolvimento das habilidades de seus alunos. Partindo do pressuposto da importância da elaboração de diretrizes para sistematizar o fazer

pedagógico, voltado para as crianças, destaca-se, da Resolução CNE/CEB nº5, de 17 de dezembro de 2009, o seguinte artigo:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constroi sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constroi sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, online)

O enfoque acerca das adequações relacionadas às práticas pedagógicas voltadas ao ensino da Educação Especial, no que tange às perspectivas humanas de respeito às especificidades dos alunos dessa modalidade de ensino, nos direciona as reais finalidades na utilização dos métodos didáticos. Na visão de Libâneo (1994), A ideia básica da metodologia de ensino e aprendizagem, se concentra no desenvolvimento de um percurso para a concretização do objetivo proposto. Assim é necessário que os professores tenham condições possíveis de serem multiplicadores de uma educação qualitativa aos educandos com deficiência a partir de suas práticas.

No que concerne a prática docente de professores da educação infantil com perspectivas inclusivas, esta visa reflexões relevantes sobre suas atuações, no sentido de proporcionar melhores mediações, buscando compreender as dificuldades encontradas durante o processo de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com deficiência. Conforme Lira (2007, p. 98) “O professor inclusivo deverá ter, portanto, práticas pedagógicas diferenciadas e não segregacionistas”.

Observamos então que a formação continuada é imprescindível no caminho da inclusão na educação Infantil. De acordo com Lima (2002, p. 40) “ A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão”.

Nessa perspectiva, a formação continuada de docentes não pode ser estagnada. Necessitando de preparação adequada, de acordo com os desafios encontrados nas instituições escolares. Segundo, García (1999), o percurso do desenvolvimento profissional, se depara com situações complexas, de maneira instável. Percebe - se que a responsabilidade docente perpassa por reflexões, que vão além de conteúdos curriculares comuns, visto que a prática pedagógica na primeira etapa de ensino, abrange também cuidados específicos, em que a escola é desafiada a assumir o compromisso de criar e recriar narrativas que promovam

situações nas quais as crianças vão ser acolhidas, vão ser compreendidas e paulatinamente vão desenvolvendo habilidades significativas que vão ser ampliadas na próxima etapa de ensino.

É sabido que o profissional docente é o responsável pela mediação de desenvolvimento das habilidades dos alunos, assim o incentivo de formação continuada adequada se faz necessário. Tendo em vista que os profissionais docentes precisam ter competência para lidar com as especificidades existentes de alunos com deficiência, bem como todo o contexto escolar do qual o aluno é parte integrante. De acordo com Nascimento (2008), na inclusão significativa, o aluno não precisa ser moldado para ser parte integrante do ambiente escolar. Todavia, a escola deve cumprir sua obrigação de buscar mecanismos para atender de forma eficiente seu aluno.

Diante do exposto, observamos a necessidade de direcionar maiores atenções no que tange aos processos de inclusão de alunos com deficiência que integram a educação infantil. Na visão de Provin (2015) reduzir a inclusão apenas ao acesso, não é suficiente. São necessárias ações e estratégias que possam promover a frequência e conseqüentemente, efetivar as aprendizagens dos alunos nas instituições escolares. Observar-se que a realização de matrícula e a frequência nas instituições de ensino, não significa a efetivação da inclusão. Tendo em vista que para isso, também é fundamental que o acesso à educação infantil das crianças com deficiência seja garantido com qualidade e equidade. Desse modo, não basta existir dispositivos legais que asseguram o direito à educação dos alunos com deficiência, se não houver nos sistemas formais de ensino condições possíveis de desenvolvimento do trabalho docente e profissionais comprometidos e dispostos no processo da educação inclusiva.

A inclusão escolar para alunos com deficiência é um conceito e uma prática que visa garantir que estes também, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo, considerando suas habilidades ou necessidades especiais. Isso significa que alunos com deficiência devem frequentar escolas regulares ao lado dos demais alunos sem deficiência, em vez de serem segregados em escolas ou classes separadas. A presença de alunos com deficiência enriquece a diversidade nas escolas, permitindo que todos os estudantes se beneficiem com a troca de experiências e conhecimentos.

A inclusão é parte inerente da sociedade e conseqüentemente da educação. Conforme Mantoan (2011), à princípio a inclusão é um desafio, mas quando tal desafio é vivenciado da melhor maneira possível nas instituições de ensino, os resultados obtidos serão positivos, promovendo então eficiência na qualidade da educação.

O desafio docente na educação de crianças com deficiência é uma questão complexa que requer habilidades específicas e um ambiente escolar inclusivo na rotina de aprendizagem dos pequenos estudantes. Sabendo que cada criança com deficiência têm necessidades e habilidades peculiares, os professores precisam adaptar sua dinâmica de ensino para atender a essas necessidades, o que pode ser um grande desafio. Haja vista que precisam ensinar com eficiência, procurando assim contemplar as aprendizagens de todos os alunos, independentemente dos tipos de deficiências com as quais se deparam nas salas de aulas.

Dentre as deficiências que se apresentam como desafios na escola, destacam-se a física, auditiva, visual, mental e múltipla. Essas deficiências possuem características que são observadas na inclusão escolar para que o aluno prospere com sucesso na escola. (BATISTA, 2020, p. 3)

As deficiências podem variar amplamente, mas é certo que os professores devem ter capacitação para compreender, lidar com uma ampla gama de necessidades e adaptar sua abordagem de ensino observando seu público. Conforme Lira (2007, p. 46) "Por isso mesmo é que esse profissional encontra-se em constante mudança e adaptação, conforme seu público-clientela, que varia de semestre para semestre, de contexto para contexto".

A falta de preparação pode dificultar o atendimento adequado às necessidades dessas crianças. Todavia, não é o único desafio a ser superado pelos professores.

Para superar esses desafios, é importante que os professores recebam treinamento adequado em educação inclusiva, tenham acesso a recursos e apoio suficientes e trabalhem em colaboração com os pais e especialistas, considerando as diversas deficiências com as quais precisam lidar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar é um instrumento de pesquisa que vem demonstrando cada vez mais destaque no âmbito acadêmico nos últimos anos. No decorrer desta pesquisa, observou-se que, a inclusão desde a educação infantil se faz necessária. Assim o desenvolvimento de ações que ampliam as oportunidades de melhorias no acolhimento de tais alunos de forma concisa e significativa, ainda deixa a desejar.

Analisou-se neste artigo políticas e instrumentos legais concernentes à inclusão de alunos com deficiência, que asseguram o ingresso destes nos sistemas formais de ensino público.

Este estudo foi realizado a partir do método qualitativo (BOGDAN e BIKLEN 1994), mediante revisões bibliográficas, com fichamentos pertinentes ao assunto abordado, levantados em cada obra, como legislações, livros e artigos científicos procurando assim analisar e compreender um pouco mais sobre a relevância da inclusão de alunos com deficiência, desde a educação infantil.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar sobre o desafio docente no processo da inclusão de crianças com deficiência no sistema formal de ensino brasileiro. Em relação aos objetivos específicos buscamos compreender a importância da formação continuada para os docentes, bem como, refletir sobre as práticas pedagógicas voltadas para os alunos com deficiência que integram a educação infantil.

A formação continuada ofertada aos docentes de crianças com deficiência, precisa ocorrer de acordo com a necessidade desse público, dando-lhes condições de colocá-las em prática. A inclusão escolar busca proporcionar oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas diferenças, desafiando estereótipos sobre deficiência e ajuda a acabar com atitudes discriminatórias.

É importante ressaltar que a inclusão escolar perpassa por desafios e requer esforços contínuos para garantir que todos os alunos se beneficiem de uma educação inclusiva de qualidade. O respeito à individualidade de cada aluno e a promoção de uma cultura inclusiva são elementos fundamentais para o sucesso desse processo. A inclusão da educação especial desde a infância é um caminho necessário que, quando bem planejado e implementado, pode beneficiar todos os pares envolvidos.

Sugere-se mais estudos sobre a temática abordada, tendo em vista a necessidade de análises e reflexões, sobre o fazer pedagógico, com perspectivas voltadas na inclusão, atrelada à importância dos professores, adequarem suas práticas, considerando as especificidades de crianças com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Letícia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. **Educação inclusiva: Desafios e percepções na contemporaneidade**. Revista Educação pública, v. 20, n° 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 04/03/2024.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Editora Porto, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. LDB 5.692**, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*: resolução n.1, de 7/4/1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. LDB 5.692**, de 11 de agosto de 1971
- BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*: resolução n.1, de 7/4/1999.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília:1996.
- GIL, Antônio. Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. – (Coleção magistério). 2º grau. Formação de professor). São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, Priscila. Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.
- LIRA, Bruno Carneiro. **O professor sociointeracionista e @ inclusão escolar**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- MANTOAN, Maria Tereza E. **A Educação especial no Brasil: da inclusão à exclusão escolar**. Campinas: Leped/Unicamp, 2011.
- NASCIMENTO, Rosangela Pereira Do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Caderno Temático Londrina. – 2008. Programa de Desenvolvimento Educacional- PDE – do governo do estado do Paraná. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em: 26/01/2023.
- PROVIN, Priscila. KLEIN, Rejane Ramos. **Inclusão e educação: Construindo práticas pedagógicas inclusivas**. São Leopoldo: Unisinos, 2015.
- SANTOS, Cristiane Souza. ALMEIDA, Yara de Souza. Inclusão na educação infantil: Desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n.3, p.1423 – 1432, set./dez. 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 27/02/2024

VÍLCHEZ, Ivan Carlos Curioso. **Uma escola em transformação**: reflexões essenciais de uma educação inclusiva para estudantes com deficiência. In: PAPIM, Angelo Antonio Puzipe (org.) et al. Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas. Porto Alegre. Editora Fi, 2018.